



O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM SALA DE AULA: INFORMAÇÕES GERAIS PARA PROFESSORES DE ARTES

Josefa Lídia Costa Pereira¹

Universidade Federal do Maranhão
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Luís

Maria da Piedade Resende da Costa²

Pós-Graduação em Educação Especial
Universidade Federal de São Carlos

Resumo

Este artigo procura oferecer ao professor de Artes informações básicas com relação à presença do aluno com deficiência visual na classe comum. Aborda também aspectos relevantes da relação professor e aluno durante as aulas na escola comum, bem como mostra de forma sucinta as implicações da deficiência visual sobre o homem e sua interação com o meio. Por isso sugere algumas recomendações que favorecerão a ação pedagógica do professor de artes junto ao aluno com cegueira ou baixa visão.

Palavras-chave: Deficiência visual; baixa visão; interação; professor de Artes

Abstract

The students with visual impairments in the classroom: general information for teachers of arts

This article offers to the Arts' teacher basic information about the presence of the visual deficient student in the classroom. It also regards relevant aspects on the relationship between teacher and student while in the classes in the common school, as it shows the implications of the visual deficiency on the man and his interaction in the environment. Finally, it suggests some tips to improve the arts teacher's pedagogic action to the blind or low vision student.

Key words: Visual impairment, low vision, interaction, professor of Arts

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos; Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos; Especialista em Educação de Deficientes Visuais pelo Instituto Benjamin Constant; Graduada em Licenciatura em Educação Artística – Habilitação Artes Plásticas – Universidade Federal do Maranhão; Professora Convidada e Membro do Projeto Prata da Casa da Universidade Federal do Maranhão; Professora do CAP-MA; Professora de Artes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Luís.

² Professora Permanente e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.



Introdução

Cada vez mais a sociedade está aderindo aos princípios inclusivos e a escola não está fora desse contexto. Embora essas transformações ocorram sob pressão de leis e políticas públicas, as pessoas com necessidades educacionais especiais vêm adentrando e permanecendo nas escolas de ensino regular. De acordo com Mendes (2006):

Mais recentemente, com o advento da filosofia de inclusão escolar, intensificou-se a argumentação de que todos os estudantes devem ser escolarizados numa mesma sala de aula, evitando-se sistemática de exclusão temporária ou permanente dos alunos com necessidades educacionais especiais dessas turmas. Entretanto, essa prática implica em desafios consideráveis para o professor de classe comum que tem uma numerosa e heterogênea turma de alunos. (p.29)

A referida autora enfatiza que apesar de se defender a inclusão há mais de uma década,

“faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso desses alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns, que seriam principalmente a oferta de serviços de apoio especializado e formação de professores” (MENDES, 2006, p.33)

Considera-se, de fato, muito importante que os professores do ensino regular detenham conhecimentos sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, com o objetivo de melhor adequar as suas práticas pedagógicas em sala de aula. É pensando nessa problemática que este artigo pretende oferecer uma contribuição para a aquisição de conhecimentos dos professores de artes do ensino regular, principalmente. Esta preocupação se deve ao fato destes lidar com conteúdos predominantemente visuais e, se tratando de alunos com deficiência visual, isto pode não somente, mas também comprometer a aprendizagem de conteúdos de Artes e principalmente daqueles que conhecem pouco sobre a construção do conhecimento elaborada pelo aluno com deficiência visual.

Para se traçar algumas considerações, que servirão de recomendações para esses educadores com relação aos alunos com deficiência visual, realizou-se um levantamento de alguns questionamentos estimulados pela teoria, conforme a literatura especializada (GIL, 2000; OLIVEIRA, 2000; PEREIRA, 2000; SEI, 2001), prática em sala de aula e documentos da Secretaria de Educação Especial - SEESP (BRASIL, 1994 e 2001). Tais questionamentos foram: Quem é a pessoa com deficiência visual (cegos e baixa visão)? Como ela aprende? Como essas pessoas interagem com as experiências artísticas? O que o professor poderá fazer para que o



aluno com deficiência visual participe ativamente das aulas de artes? Quais as melhores maneiras de um professor se relacionar com pessoas com cegueira ou de baixa visão?

A deficiência visual e seu reflexo na vida do homem

Cutsforth, um dos estudiosos clássicos sobre a deficiência visual, aponta que a “forma mais objetiva de experiência humana é a visão. Ela dá detalhes que nenhum outro sentido pode fornecer; ao mesmo tempo traz objetos em relações simultâneas de posição, distância, tamanho e forma”. (1969, p. 15). Rocha (1987, p. 21), outro estudioso clássico sobre a deficiência visual, também destaca a importância do sentido visual para o homem quando fala que “o olho é responsável pela aquisição de aproximadamente 80% do conhecimento humano”. Baseando-se nesse pressuposto, pode-se inferir que a falta de visão dificulta em maior ou menor grau o desenvolvimento de uma pessoa. Esta dificuldade não pode ser entendida como um problema irremediável, pois uma vez instalada a deficiência visual pode-se recorrer aos procedimentos educacionais para resgatar o potencial do indivíduo, a sua auto-estima, a sua competência, enfim descobrir novas formas de superar obstáculos apresentados sobremaneira pela ausência de visão.

Veiga relata que “nascer sem vista, ou perdê-la nos primeiros dias de vida, parece ser a mesma coisa para a futura formação mental do indivíduo”. As primeiras experiências da vida lhe são cerceadas e o mundo restringe-se ao próprio espaço que o novo ser ocupa. A cegueira de nascença é completamente diferente da cegueira adquirida ao longo da vida. Conforme Veiga (1983, p.03), a pessoa que nasce cega perde “a plasticidade do movimento das outras pessoas, é ficar fisicamente diversificado dos outros, é não ter o comum das expressões fisionômicas, dos gestos, das atitudes e dos meneios das outras pessoas”. (1983, p.03)

O fato de muitas pessoas que enxergam não conceberem a vida sem a sua visão leva-as a pensar que toda a capacidade de quem não vê estaria em seus olhos. Portanto, a capacidade de quem não vê fica limitada pelas suposições daqueles que tem visão normal. O referido autor diz que “o homem nasce sem asas para voar, mas já explorou os espaços infinitos” (p. 07). A pessoa cega de nascença “tem dentro de si elementos naturais para compreender o mundo” como qualquer outra pessoa com visão, “na medida em que melhor seja orientada a sua educação” (VEIGA, 1983 p.07). E essa educação precisa ser iniciada desde tenra idade, a fim de alcançar, o máximo possível, os estímulos advindos do seu meio, tornando-a bem sucedida em qualquer área de conhecimento: nas artes, na matemática, na literatura, dentre outras. Esse autor enfatiza que os problemas da cegueira sobre o homem não residem na “privação da luz, da beleza dos céus, da grandeza dos mares ou da imponência das montanhas”, mas na falta de interação social, na “dificuldade de absorção e de convívio na sociedade em que gostaria de estar (...)”,



obtendo os mesmos direitos e deveres das pessoas que enxergam (VEIGA, p.09).

Com relação à pessoa que se tornou cega ao longo da vida, Roberts explica que “embora o sentido visual tenha desaparecido, a pessoa cega ainda tem milhões de imagens visuais estocadas em sua memória, e estas imagens podem trabalhar a favor dela, ao se defrontar com uma variedade de situações”. (1996, p. 74)

Tomando por base essa afirmação remete-se à preocupação dos professores de não suprimir informações importantes à pessoa com cegueira atribuindo-lhes como desnecessárias ao seu conhecimento. Volta-se mais uma vez a citar o depoimento de Veiga, conforme sua experiência como professor com deficiência visual, quando se reporta aos educadores recomendando algumas anotações, tais como:

Na formação mental da criança cega não devem faltar as constantes alusões àquilo que ela não pode ver, pelo simples temor de que ela se entristeça ou de que não entenda essas alusões. (...) Assim como traz nas veias o sangue dos antepassados, na fisionomia a semelhança com os parentes, na fisiologia, no andar, nas expressões, na fala e em todo o seu físico o condicionamento herdado dos ancestrais, assim deve trazer ela na mente os resquícios do que seus parentes, antepassados e ancestrais puderam mentalizar com o uso dos olhos. Por isso se explica que os cegos tanto se interessem pelas descrições do belo que não podem ver, do céu, dos arrebóis, dos arco-íris, da beleza só vista com os olhos. Sempre gostei de ouvir falar de tudo isso, de ler descrições dessas belezas, fazendo de tudo uma imagem que deve ser só minha, uma idéia por assemelhação com as minhas imagens táteis, a meu modo, mas quanto me basta para meu interesse, para gostar dessas descrições literárias de aspectos puramente visuais. Ninguém logrou até hoje concluir ao certo se dois indivíduos de olhos abertos têm a mesma impressão, a mesma sensação diante de um mesmo pôr-do-sol, à mesma hora. Que lhe importa que seja diferente da sua a minha impressão da leitura da “Queima” no Canaã de Graça Aranha, que é puramente visual?... (1983, p. 13)

Na área educacional, o que é a deficiência visual?

Para melhor entendimento e delimitação conceitual, a deficiência visual pode ser entendida como sendo “a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica” (BRASIL, 1994, p. 16). E pode ser classificada como:

Baixa visão: É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante



do campo visual, alterações corticais e/ou sensibilidade aos contrastes que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo. Cegueira: é a perda total da visão até a ausência de projeção de luz. (BRASIL, 2001, p. 33)

O processo educacional de pessoas com baixa visão se dá por meios visuais e com o apoio de recursos específicos (BRASIL, 2001). Para viabilizar a eficiência visual de quem tem baixa visão podem-se utilizar recursos ópticos e não ópticos.

Os recursos não ópticos são providências que modificam o ambiente e a postura da pessoa em torno da sua melhor realização de atividades acadêmicas. Isto pode ser conseguido basicamente por meio de ampliações (de textos, livros, desenhos, jogos); de controle de iluminação conforme necessidade individual de cada indivíduo, pois cada pessoa possui necessidades de adequações de iluminação diferentes: uns preferem pouca iluminação outros, muita iluminação; controle de reflexão da luz por meio de visores, “tiposcópio” (feito de papel-cartão preto opaco com uma abertura retangular grande o suficiente para que duas ou três linhas do texto sejam visíveis), filtros como o acetato amarelo que melhora o contraste entre o texto e o fundo; controle de transmissão de luz com auxílio de lentes “absortivas” e filtros com o objetivo de evitar o ofuscamento e o aumento do contraste; permissão do aluno para aproximar o material dos olhos de modo a lhe possibilitar melhor posicionamento do corpo; o uso de materiais como caneta de ponta porosa preta, papel branco com margens e pautas pretas ajuda a adquirir um contraste de qualidade, pois a cor usada deve ser bem oposta (contrastantes em relação ao fundo como o branco e o preto) (BRASIL, 2001; CARVALHO, 1994; SEI, 2001).

Os recursos ópticos constituem-se de lentes que permitem a ampliação de imagens de modo a atender as diferenças individuais de cada pessoa, portanto um mesmo auxílio óptico pode não ter a mesma eficiência para pessoas diferentes, pois cada uma apresenta um tipo de necessidade específica.

Segundo Oliveira os auxílios ópticos

“dividem-se fundamentalmente em duas categorias: os que ampliam a imagem para perto, permitindo a leitura de material impresso, e os que ampliam as imagens para longe, possibilitando, por exemplo, acompanhar o que está sendo exposto no quadro”. (2000, p. 23)

Dentre as lentes usadas para perto se encontram as lupas manuais e as de apoio. Para longe se destacam a “telelupas”. Existem ainda recursos de alta tecnologia como o Circuito Fechado de Televisão (CCTV) e computadores com *softwares* de ampliação de textos.

Com relação à educação da pessoa com cegueira são necessárias aprendizagens específicas como: o sistema Braille, técnicas de



orientação e mobilidade (orienta o indivíduo a se locomover com independência em ambientes internos como residência, escola, bancos, dentre outros e externo - na rua), atividade da vida diária (orienta o aluno a utilizar corretamente noções de higiene, de alimentação e vestuário, dentre outras) e aprendizagem de técnicas de Sorobã (aparelho adaptado para a realização de cálculos matemáticos).

Relação professor de artes e aluno com deficiência visual

Segundo Pereira

“A visão é o órgão do sentido que permite ao homem a apreensão de formas, cores e fenômenos possibilitando a verificação imediata dos fatos e a impressão de elementos que estimulam a curiosidade e o interesse”. (2000, p. 50)

Na ausência desse sentido é necessário recorrer-se aos outros canais de sentidos para conseguir apreender, assimilar e se relacionar com o mundo que cerca o ser humano. Para Telford & Sawrey, os efeitos da cegueira restringem o indivíduo nos seguintes aspectos:

A cegueira (a) impede o acesso direto à palavra impressa, (b) restringe a mobilidade independente em ambientes não familiares, (c) limita a percepção direta, pela pessoa, de seu ambiente distante, assim como os objetos grandes demais para serem apreendidos pelo tato e (d) priva o indivíduo de importantes pistas sociais. (1988, p. 477)

O que mais limita a pessoa com deficiência visual não é a cegueira e a baixa visão, mas a demonstração da sociedade em relação às possibilidades de realização dessa pessoa e o preconceito perpetuado ao longo dos tempos a impede de executar atividades do seu cotidiano pessoal, familiar, escolar, religioso e profissional com independência. Durante muito tempo se construíram muitos pensamentos pejorativos em torno da deficiência visual, dentre os quais se acreditou ser ela dotada de uma capacidade auditiva e de memória superior aos que enxergam. Com relação a esse aspecto, Kirk & Gallagher refutam:

“Uma pessoa com visão pode tender a não prestar atenção em sons do ambiente, que, por necessidade, tornam-se significativos para uma pessoa cega. Isto não significa que as verdadeiras capacidades de audição dos dois indivíduos sejam diferentes” (1996, p. 192).

É muito importante que o professor descarte práticas preconceituosas, estigmatizantes na relação com seu aluno cego ou com baixa visão, pois ele precisa descobri-lo, quer por meio da observação, quer por meio



da família ou da interação verbal: como acontece a sua percepção de mundo, seu repertório de vida, sua linguagem, sua expressão, seus interesses, seus conhecimentos e seu jeito de ser enquanto pessoa. Infelizmente, alguns profissionais, por falta de informação, vêem primeiro a deficiência visual e não a pessoa, enquanto cidadão, e por conta disto vem “minimizar suas potencialidades e a sua condição de ser do indivíduo” (GIL, 2000, p. 17). A convivência com a pessoa cega ou de baixa visão pode favorecer a eliminação de atitudes preconceituosas favorecendo a sua plena inclusão.

Com relação ao ensino de Artes o professor precisa entender que o aluno com deficiência visual deverá participar de todas as atividades desenvolvidas dentro ou fora da sala de aula. Consequentemente surge a pergunta: Como fazer para que este aluno participe de todas as atividades como os demais alunos, se grande parte do programa da disciplina exige percepção visual? Não se pretende trazer fórmulas ou receitas prontas e acabadas, mas suscitar recomendações baseadas em Gil (2000), Oliveira (2000) e Sei (2001) que podem nortear a ação do professor, tais como:

- O professor precisa acreditar que seu aluno tem um potencial e que este, se estimulado, apresentará bons resultados;
- Todo aluno, independentemente de possuir ou não uma limitação ou diferença, é inteligente;
- Que nenhum aluno é igual ao outro porque todas as pessoas são diferentes;
- O professor precisa ser um eterno aprendiz, portanto não precisa ter receio de aprender com o aluno deficiente visual;
- Sempre que for necessário, fazer adaptações nas tarefas acadêmicas do aluno com deficiência visual, evitando assim deixá-lo fora de uma atividade;
- A exclusão do aluno em uma tarefa pode torná-lo relapso, desinteressado e apático;
- Os resultados pictóricos, gráficos (desenhos) dos indivíduos com cegueira são diferentes da produção dos que enxergam, portanto a avaliação desses resultados precisa seguir outros critérios, sobretudo o do respeito à individualidade;
- O professor precisa permitir, ao aluno com deficiência visual, a exploração tátil de objetos, materiais ou equipamentos trazidos para sala de aula. Isto constitui também aprendizagem e formação de conceitos;
- A suposição de que um aluno por ser adulto não precisa explorar com o tato certos objetos ou materiais, por parecer supérfluo ou óbvio ao professor, é um equívoco. Muitos adultos não tiveram, quando criança, oportunidade de explorar o mundo ao seu redor e, por isso, tudo para ele pode constituir novidades ou descobertas;
- O aluno com baixa visão necessita aproximar o texto, o caderno, o objeto ou qualquer outra coisa dos olhos para ver, às vezes de forma não convencional, ou seja, a cabeça inclinada para os lados ou de frente muito próxima do material. Portanto o professor não deve estranhar a forma como as pessoas com baixa visão percebem as coisas; aquelas regras de boa postura para



sentar ou ficar de pé podem valer, desde que se respeite a forma como o aluno com baixa visão se sinta mais confortável para ler ou olhar as coisas;

- O aluno com baixa visão precisa escolher o local da sala onde se sente mais confortável (geralmente a sua carteira fica na primeira fileira) para ver melhor o quadro, e é ele também quem sugere o tamanho da letra a ser ampliada;
- O resíduo visual do aluno precisa ser estimulado e usado nas suas atividades escolares, no caminhar, na vida social e religiosa, ou seja, quanto mais a pessoa usa os resquícios de visão melhor se apresenta a sua eficiência visual;
- Nas pessoas com cegueira, o tato e a audição são dominantes. A exploração tátil precisa de mais tempo para organizar as informações acerca do que é explorado, portanto o professor precisa dar tempo para que o aluno de fato explore as coisas e obtenha a informação mais correta possível;
- Antes de apresentar um desenho (que é bidimensional) de um animal, pessoa, ou qualquer outra forma, é importante mostrar-lhe em formas tridimensionais, como as miniaturas;
- Quando tiver dificuldades com relação a um conteúdo a ser explorado em sala de aula com os alunos cegos. O professor deve pôr vendas nos próprios olhos antes de trazer definitivamente a matéria para a sala. Mesmo assim, a percepção do professor será diferente porque ele enxerga e tem memórias visuais muito recentes e o aluno pode não tê-las, ou porque nasceu cego, ou porque faz muito tempo que adquiriu a cegueira, ou ainda porque o repertório de conhecimento do professor é bem diferente do aluno;
- O conhecimento das coisas de forma real constitui o conhecimento mais significativo para o aluno deficiente visual. Que relações perceptivas táteis, olfativas tem, por exemplo, uma laranja artificial e outra natural para quem precisa aprender o que é uma laranja pela primeira vez? São conceitos totalmente diferentes para quem vê sem o auxílio da visão;
- A pessoa com cegueira (sem captação de luz) não conhece cor ou dinheiro. Se manifestar esse conhecimento é porque ainda tem percepção de luz que permite identificar algumas cores ou formas;
- O belo é tão relativo para os que enxergam quanto para os deficientes visuais. O belo pode estar associado ao perfume do ambiente, das flores, das pessoas, ao cheiro ou som da chuva, dos lugares diferentes; pode estar no cântico dos pássaros, nos ecos dos rios, nos passos dos animais, na voz agradável de um homem ou de uma mulher, na gargalhada de alguém, na voz infantil; no toque suave da pele, na textura de um quadro, nos rabiscos em alto-relevo, nos passos de uma dança, ou em coisas mais exóticas possíveis. Tudo depende do conhecimento e da relação que as pessoas têm com a natureza, com as coisas, com a espiritualidade e com as outras pessoas;
- As linguagens artísticas (pintura, desenho, música, teatro, cerâmica dentre outras) são muito importantes para o conhecimento e aumento das experiências das pessoas com deficiência visual;
- O professor não precisa ficar constrangido ao ter que falar os termos “ver” e “olhar” em sala de aula, pois os cegos lidam com essas expressões no sentido de perceber tátil ou auditivamente. Exemplos: O professor pode falar sem

receios: “Vamos ver, aqui, quem viu o filme ‘Perfume de Mulher’ ontem?” Mas não é aconselhável o professor usar o termo “ver” ou “olhar” quando estiver se referindo a uma imagem que ainda não foi descrita em sala de aula, como por exemplo: “Olhem a diferença entre este quadro de Picasso e este outro de Salvador Dalí”. Ou, “Vejam estas réplicas dos vasos gregos que eu trouxe para a sala de aula!”. Nesta situação não foram descritos os quadros nem oferecidos os vasos para os cegos os perceberem de forma tátil;

- O professor não deve permitir que o aluno cego use a sua limitação visual como pretexto para não participar das atividades de artes;

- Quando o professor resolver mudar a disposição do mobiliário da sala de aula, do cenário, da exposição de esculturas ou quadros, precisa informar ao aluno cego a fim de que este se (re) familiarize com a nova disposição do espaço utilizado pelo professor e alunos; ao fazer as alterações nesse espaço pode ser importante que todos os alunos participem inclusive o que tem deficiência visual, assim ele já vai se ambientando no novo espaço.

Conforme o que foi exposto, o professor de Artes não deve achar estranho que um indivíduo venha a realizar produções artísticas com uso de recortes e colagens: tesoura, cola e papel em suas mãos podem gerar obras criativas; a representação teatral ou musical pode ser um espetáculo de criatividade, desde que lhe sejam dadas as devidas oportunidades e estímulos. O uso das tintas em uma superfície pode gerar trabalhos surpreendentes. Talvez o professor possa se perguntar, “Por que eu daria tintas para meus alunos que não enxergam?” Ora, as tintas têm uma textura, têm temperatura, têm cheiro. Com as cores, mesmo sem enxergar, eles podem fazer combinações conforme a sua criatividade e conhecimento. Não se pode omitir informações, mesmo que sejam abstratas, aos cegos, porque eles estão convivendo num mundo predominantemente visual, onde a sua casa tem uma cor, suas roupas, seus móveis, suas louças, enfim tudo na vida é cor, é forma. Ele pode não conhecer as cores como os que enxergam as conhecem, mas pode combiná-las de modo adequado conforme a sua cultura e com isto se inserir cada vez mais na sua sociedade.

Considerações finais

A intenção deste trabalho não foi demonstrar como desenvolver uma aula de Artes para o aluno com deficiência visual, mas em informar o professor como evitar determinados comportamentos equivocados diante deste aluno, a desmistificar a imagem que muitas vezes se encontra estigmatizada e estereotipada em torno da pessoa com deficiência visual e, conseqüentemente, facilitar o processo inclusivo desse alunado. A idéia também foi a de descartar atitudes de proteção (como não cobrar determinadas tarefas, realizando avaliações diferentes em vez de adaptá-las) ou de rejeição (ignorando a presença do aluno em sala de aula, não dirigir a palavra ao cego porque não há a correspondência “olho-no-olho”, desrespeitar o aluno com comentários depreciativos).



Além disto, ressalta-se que a sensibilidade e a criatividade são indispensáveis para a prática educacional do professor. De nada vale ter conhecimentos se não se encontra disposto a enfrentar desafios e a crescer com o que faz. Esse crescimento nada mais é do que a aprendizagem significativa do aluno, conseqüentemente o seu progresso como pessoa, como cidadão. E a arte explora infinitas possibilidades de conhecer o mundo. E nada mais fértil do que (re) descobrir situações novas para experimentar e inventar ou reinventar. Na arte, não basta ser indivíduo, é preciso transcender os próprios limites para adentrar o mundo dos demais. Não é por acaso que se apodera de experiências mágicas, fictícias, vive-se, vibra-se, protesta-se, conforma-se, chora-se diante das produções artísticas nas mais diferentes linguagens – quer seja no cinema, no teatro, na galeria de arte, na poesia, na literatura ou na música.

O professor não pode esquecer de que a relevância da arte para o homem, não reside apenas no aspecto social e cultural, também permeia os aspectos afetivos e emocionais, além dos intelectivos.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Brasília: SEESP/MEC, 1994.

BRASIL. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino fundamental: deficiência visual**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001. v. 1.

CARVALHO, K. M. **Visão subnormal: orientações ao professor do ensino regular**. 2. ed. Campinas (SP): Editora da Unimep, 1994.

CUTSFORTH, T. **O cego na escola e na sociedade: um estudo psicológico**. Revisão técnica da tradução: Jurema Lucy Venturini. São Paulo: Campanha Nacional de Educação de Cegos (Ministério da Educação e Cultura), 1969.

GIL, M. (org). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

KIRK, S. A. & GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. Tradução: Marília Zanella Sanvicente. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

OLIVEIRA, R. C. de S. et all. **Entendendo a baixa visão: orientações aos professores**. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação



Especial(MEC), 2000.

PEREIRA, J. L. C. **O professor de artes e o aluno deficiente visual.** (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.

ROCHA, H. (Coord.). **Ensaio sobre a problemática da cegueira: prevenção - recuperação - reabilitação.** Belo Horizonte (MG): Fundação Hilton Rocha, 1987.

ROBERTS, A. **Reabilitação psicossocial do cego.** Tradução de Vânia de Britto Sanguinetti Ferreira. João Pessoa – Paraíba: Editora Universitária, 1996.

SEI, M. Recursos não ópticos e recursos para controle da iluminação. IN: SAMPAIO, M. W. et. al. **Auxílios para baixa visão.** São Paulo: Laramara, 2001.

TELFORD, C. W. , SAWREY, J. M. **O indivíduo excepcional.** tradução de Vera Ribeiro. 5. ed, Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

VEIGA, J. E. **O que é ser cego.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

Enviado em: 18/05/2009.

Aceito em: 20/05/2009.